

500 QUESTÕES

PC-PE

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

DELEGADO DE POLÍCIA



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



PC-PE

500 Questões Gabaritadas

Delegado de Polícia

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

QUESTÕES.....	1
GABARITO	22

MEDICINA LEGAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	11

SUMÁRIO



CRIMINOLOGIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

SUMÁRIO

**1. (CEBRASPE - 2023)**

Contrapesos

A respeito dos sistemas e regimes de governo, julgue os itens subsecutivos.

I. O parlamentarismo caracteriza-se predominantemente pela divisão do Poder Executivo em duas partes: chefia de Estado, exercida pelo presidente, em uma República, ou pelo monarca, em uma monarquia; e chefia de governo, exercida pelo primeiro ministro.

II. O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.

III. A democracia direta é caracterizada pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, além de mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

2. (CEBRASPE - 2026)

A previsão constitucional de que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária é classificada como norma

- (A) programática.
- (B) de eficácia absoluta.
- (C) de eficácia plena.
- (D) de eficácia contida.

3. (CEBRASPE - 2024)

Conforme a Constituição Federal, é crime inafiançável

- (A) a lesão corporal dolosa.
- (B) a extorsão.
- (C) o homicídio.
- (D) o roubo.
- (E) o tráfico ilícito de entorpecentes.

**1. (CEBRASPE - 2022)**

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

2. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da supremacia do interesse público, é **correto** afirmar que

- (A) esse princípio começou a se desenvolver com o primado do direito público sobre o direito civil, substituindo-se a ideia do homem como fim único do direito.
- (B) esse princípio demonstra a separação do privado e do público, uma vez que o direito privado contém normas de interesse individual, e o direito público, normas de interesse público.
- (C) esse princípio resguarda, em última análise, o interesse do Estado, sob pena de desvio de finalidade.
- (D) a indisponibilidade do interesse público significa que apenas a administração pública e seus agentes podem dispor dos interesses públicos.
- (E) é um instrumento de garantia e consecução do bem-estar do indivíduo em prol do bem estar coletivo.

3. (CEBRASPE - 2022)

Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- (A) princípio da impessoalidade
- (B) princípio da eficiência
- (C) princípio da moralidade
- (D) princípio da razoabilidade
- (E) princípio da proporcionalidade

4. (CEBRASPE - 2024)

A fiscalização, pela administração pública direta, das atividades de seus entes, a fim de garantir a observância das suas finalidades institucionais, exemplifica a manifestação do princípio da

- (A) legitimidade.
- (B) hierarquia.

**1. (CEBRASPE - 2022)**

O princípio da legalidade desdobra-se em alguns subprincípios, entre os quais se incluem

- (A) reserva legal, culpabilidade e anterioridade.
- (B) reserva legal, culpabilidade e retributividade.
- (C) reserva legal, retributividade e anterior idade.
- (D) culpabilidade, retributividade e taxatividade.
- (E) reserva legal, anterioridade e taxatividade.

2. (CEBRASPE - 2022)

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- (A) analogia.
- (B) interpretação progressiva.
- (C) interpretação autêntica.
- (D) interpretação analógica.
- (E) interpretação declarativa.

3. (CEBRASPE - 2024)

Sônia cometeu crime de furto em julho de 2023. Em agosto do mesmo ano, uma nova lei penal foi promulgada, aumentando a pena para esse delito.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção **correta** conforme o princípio da irretroatividade da lei penal.

- (A) A nova lei penal não se aplica a Sônia, pois o citado princípio impede a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- (B) Aplica-se a Sônia a nova lei penal, mais gravosa.
- (C) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Sônia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.
- (D) Sônia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime grave.
- (E) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.



1. (CEBRASPE - 2021)

É exemplo de exceção ao princípio da verdade real no processo penal

- (A) a oitiva, por iniciativa do magistrado, de testemunha referida, além daquelas indicadas pelas partes.
- (B) o descabimento da revisão criminal contra sentença absolutória transitada em julgado, pro societate.
- (C) a determinação ex officio pelo juiz de diligências que reputar necessárias, não requeridas pelas partes.
- (D) o condicionamento do valor da confissão do réu aos demais meios de prova trazidos ao processo.
- (E) a determinação, de ofício, pelo juiz, de busca domiciliar no curso do processo.

2. (CEBRASPE - 2022)

Considerando o princípio da congruência no processo penal, assinale a opção correta.

- (A) As regras de emendatio libelli e mutatio libelli não se aplicam às qualificadoras, devendo tais normas ser adotadas apenas no que se refere às circunstâncias elementares do tipo penal base.
- (B) O juízo competente deve ser definido de acordo com o pedido feito pelo dominus litis.
- (C) O oferecimento da ação penal que implique tipo penal diverso do correto resulta, por si só, na possibilidade de rejeição da denúncia.
- (D) O tribunal de justiça pode realizar eventual mutatio libelli, caso verifique a necessidade de uma nova definição jurídica ao fato delituoso, em razão de circunstância elementar não narrada na denúncia.
- (E) Caso o juiz julgue necessária uma nova definição jurídica do fato, sendo aplicada, assim, pena mais grave, sem que haja, entretanto, modificação da descrição do fato narrado na denúncia, poderá ele proferir decisão sem precisar abrir vista para manifestação da defesa.

3. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

- (A) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- (B) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- (C) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
- (D) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.



1. (CEBRASPE - 2021)

A doutrina da proteção integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 227 da CF, que resultou na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base no paradigma da proteção integral, julgue os itens a seguir.

I Princípio de cooperação refere-se à atuação da família, da sociedade e do Estado na proteção dos direitos da criança e do adolescente.

I. A dignidade da criança em condição peculiar de desenvolvimento é espelhada pela cidadania.

II. Há absoluta intolerância com todas as formas de vitimização da criança e do adolescente.

III. A lei garante a ampla defesa, limitando os poderes do antigo juiz de menores.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I, II e IV.

(C) I, III e IV.

(D) II, III e IV.

(E) I, II, III e IV.

2. (CEBRASPE - 2024)

Acerca da garantia de direitos da infância, assinale a opção **correta**.

(A) As crianças devem seguir a religião dos pais ou dos seus guardiões legais.

(B) As crianças não devem participar da vida política.

(C) Não é responsabilidade dos profissionais de educação garantir que a criança não falte às aulas.

(D) Está prevista no ECA a formação adequada para os profissionais que atuam na educação da primeira infância.

(E) O direito de acesso à escola é condicionado somente ao número de vagas disponíveis.

3. (CEBRASPE - 2022)

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

(A) Por respeito ao pertencimento da identidade indígena, crianças e adolescentes de origem indígena só podem ser colocados em família substituta que pertença à sua mesma comunidade.

(B) É prevista a colocação de crianças e adolescentes em família substituta estrangeira, mediante guarda ou tutela, hipótese em que o responsável assumirá o compromisso de bem e fielmente desempenhar os devidos encargos conforme os termos apresentados nos autos.

(C) A condenação criminal do pai só implica a destituição do poder familiar se se tratar de condenação à pena de reclusão por crime culposo contra filho(a) ou outro descendente.

(D) A guarda é destinada para a regularização da posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, em processos de tutela e adoção, excetuando-se nos processos de adoção por família estrangeira.

(E) Quando deferida para pessoas de até 21 anos incompletos, a tutela pressupõe uma prévia perda ou suspensão do poder familiar, implicando o dever de guarda.

**1. (2026)**

Durante a investigação de um acidente de trabalho, um profissional é solicitado a avaliar as lesões de um trabalhador, suas limitações funcionais e a relação entre o trauma e a atividade exercida. Considerando a finalidade da Medicina Legal, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação pertence exclusivamente à medicina assistencial, pois a Medicina Legal examina apenas cadáveres.
- (B) A atuação médico-legal depende da existência de investigação criminal sobre o acidente.
- (C) A avaliação aplica conhecimentos médicos e biológicos ao esclarecimento de questões com consequências jurídicas.
- (D) O profissional deve estabelecer o valor da indenização antes de descrever as consequências do trauma.
- (E) O exame médico-legal tem como finalidade principal definir o tratamento e acompanhar a recuperação do trabalhador.

2. (2026)

Em uma investigação de morte violenta, a autoridade apresenta ao perito uma hipótese sobre a dinâmica do acontecimento e solicita que o laudo a confirme. Entretanto, os achados não permitem sustentar integralmente essa versão. Qual conduta corresponde à independência técnico-científica exigida do perito?

- (A) Descrever os achados, avaliar sua relação com a hipótese e declarar as limitações que impedem uma conclusão segura.
- (B) Confirmar a hipótese apresentada, pois a interpretação dos vestígios deve acompanhar a orientação da autoridade.
- (C) Omitir os elementos incompatíveis e solicitar que sejam examinados em procedimento separado.
- (D) Formular uma conclusão categórica utilizando a experiência profissional para suprir a ausência de dados.
- (E) Escolher a versão mais favorável à vítima, independentemente da correspondência com os resultados do exame.

3. (2026)

Um especialista analisa prontuários, exames de imagem e um laudo anteriormente produzido, com o objetivo de apontar inconsistências metodológicas e oferecer uma interpretação técnica alternativa. Não realiza novo exame presencial. Qual documento corresponde mais diretamente à atividade descrita?

- (A) Atestado médico, destinado a certificar qualquer hipótese apresentada pelo contratante.
- (B) Prontuário, destinado a reunir exclusivamente as conclusões da análise pericial.
- (C) Auto médico-legal, obrigatoriamente elaborado depois da revisão documental.
- (D) Relatório assistencial, que substitui automaticamente o resultado da perícia oficial.
- (E) Parecer médico-legal, que apresenta análise especializada e fundamentada sobre questão delimitada.



Criminologia

1. (2026)

A criminologia examina o fenômeno criminal considerando suas manifestações concretas, os sujeitos envolvidos e as respostas sociais produzidas diante dele. Ao diferenciá-la de outras áreas que também estudam o crime, assinale a alternativa que apresenta corretamente sua natureza e seu campo de investigação.

- (A) Ciência normativa dedicada exclusivamente à interpretação das leis penais e à definição da validade das penas.
- (B) Técnica policial voltada à identificação de vestígios e à reconstrução material de infrações.
- (C) Ciência empírica e interdisciplinar que estuda o delito, o delinquente, a vítima e o controle social.
- (D) Ramo da política administrativa responsável apenas pela distribuição dos recursos destinados ao sistema prisional.
- (E) Disciplina filosófica que explica a criminalidade exclusivamente por juízos morais sobre o comportamento humano.

2. (2026)

Uma equipe investiga a violência urbana reunindo conhecimentos de sociologia, psicologia, economia e geografia. Os pesquisadores relacionam características dos territórios, trajetórias pessoais e oportunidades de prática de infrações. Essa abordagem expressa uma característica fundamental da criminologia, denominada:

- (A) Interdisciplinaridade, caracterizada pela integração de contribuições de diferentes áreas do conhecimento.
- (B) Dogmatismo, caracterizado pela adoção de explicações que dispensam a verificação dos fatos.
- (C) Exclusividade jurídica, caracterizada pela subordinação de toda investigação à interpretação penal.
- (D) Determinismo biológico, caracterizado pela atribuição dos crimes a características hereditárias.
- (E) Neutralização metodológica, caracterizada pela rejeição de conhecimentos provenientes de outras ciências.

3. (2026)

Ao investigar a reincidência, pesquisadores realizam entrevistas, consultam registros, acompanham trajetórias e comparam resultados de programas de reintegração social. As conclusões são formuladas a partir dos dados obtidos e podem ser revistas diante de novas evidências. Esse procedimento caracteriza:

- (A) A elaboração de normas penais mediante dedução de princípios abstratos.
- (B) A substituição da pesquisa científica pela experiência pessoal do pesquisador.
- (C) A confirmação obrigatória de hipóteses previamente escolhidas.
- (D) A aplicação de critérios exclusivamente morais para explicar comportamentos.
- (E) O empirismo, que fundamenta a investigação na observação e na análise da realidade.



1. (CEBRASPE - 2022)

Olívia, adolescente com 17 anos de idade, tem como objetivo profissional tornar-se estudante do curso de Direito. A adolescente, muito madura para a sua faixa etária, desenvolveu uma plataforma virtual de conteúdo jurídico, na qual divulga vídeos sobre direitos básicos dos cidadãos. O canal de Olívia tornou-se um sucesso e despertou o interesse de patrocinadores. Embora ainda não tenha recebido nenhuma quantia, a adolescente entendeu que, nesse contexto, há a possibilidade de ela custear seu curso de Direito. Então, os pais de Olívia, João e Maria, decidiram emancipá-la, o que permitirá à menor praticar pessoalmente os atos da vida civil.

Nessa situação hipotética,

- (A) a emancipação de Olívia por João e Maria é um ato revogável.
- (B) a emancipação de Olívia depende de homologação judicial, pois a menor alcançou muita visibilidade.
- (C) a capacidade de Olívia pode ser antecipada por instrumento particular.
- (D) o ato de emancipação deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente.
- (E) a emancipação de Olívia é vedada, já que ela não tem economia própria.

2. (CEBRASPE - 2025)

A ofensa aos direitos da personalidade da pessoa falecida

- (A) não é passível de reparação patrimonial, mas é assegurado o direito ao desagravo mediante a publicação feita através da imprensa.
- (B) é passível de reparação patrimonial, caso em que o beneficiário será o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.
- (C) é passível de reparação patrimonial somente nos casos em que a ofensa esteja relacionada à imagem do falecido.
- (D) não é passível de reparação patrimonial.
- (E) não é passível de reparação patrimonial, mas os familiares do falecido têm direito de reparação pelos danos por eles sofridos em decorrência das ofensas feitas ao morto.

3. (CEBRASPE - 2022)

Maria, mulher transexual de dezenove anos de idade, deseja retificar seu registro civil para que conste o seu nome social e o gênero com o qual se identifica. Em pesquisas na Internet, ela descobriu que a Lei de Registros Públicos determina que o prenome é definitivo, o que a levou a crer que sua vontade poderia não ser realizada. No entanto, conversando com outras pessoas, descobriu que havia um mutirão promovido pela Defensoria Pública local com o objetivo de dar encaminhamento na retificação documental de pessoas trans em razão do mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do Poder Judiciário e a legislação de regência, para conseguir a retificação de seus documentos de identidade, Maria deverá

- (A) submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, ajuizar uma ação retificadora.
- (B) submeter-se a cirurgias de redesignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, apresentar requerimento próprio junto ao cartório competente.



1. (CEBRASPE - 2023)

Suponha que, após a instrução processual de uma ação que esteja sendo processada pelo rito comum, entre em vigor uma lei nova que altere a distribuição do ônus da prova e modifique o procedimento de coleta de prova oral. Nesse caso,

- (A) as mudanças promovidas pela lei processual nova não obstarão o juiz de proferir a sentença.
- (B) o juiz deverá reabrir a instrução processual *ex officio* para adequar o rito processual às alterações promovida pela lei nova, sob pena de nulidade do processo.
- (C) a parte que tiver interesse poderá requerer a reabertura da instrução processual para adequar o procedimento adotado pela lei nova, caso em que é vedado ao juiz indeferir o pleito, sob pena de nulidade do processo.
- (D) o juiz deverá reabrir a instrução processual, sob pena de nulidade do processo, caso as alterações promovidas pela lei nova possam interferir no resultado do julgamento.
- (E) o juiz deverá reabrir a instrução processual para adequar o rito processual promovido pela lei nova, independentemente da possibilidade de alteração do resultado do julgamento.

2. (CEBRASPE - 2023)

Considerando a teoria geral do processo, as fontes do direito processual, o sistema de justiça multiportas, os meios alternativos de solução de conflitos e a jurisdição, assinale a opção **correta**.

- (A) O exercício das atividades jurisdicionais é exclusivo do Poder Judiciário.
- (B) O escopo político da jurisdição é a pacificação de sujeitos ou de grupos em litígio, mediante a solução de seus conflitos.
- (C) São consideradas fontes da norma processual, entre outras, os negócios jurídicos processuais.
- (D) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos entre entes públicos, vedada a admissibilidade dos pedidos de solução de conflitos entre entes públicos e particulares.
- (E) Os conciliadores atuarão, preferencialmente, nos processos judiciais em que houver prévio vínculo com as partes, podendo sugerir soluções para o litígio.

3. (CEBRASPE - 2023)

Após a publicação de determinada decisão judicial, houve alteração na legislação que disciplina o recurso para impugnar o referido pronunciamento do magistrado.

Nessa hipótese, no que concerne às diretrizes sobre a lei processual civil no tempo, a interposição do recurso deve ser orientada pela teoria denominada

- (A) instrumentalidade das formas.
- (B) proibição de decisão-surpresa.
- (C) substanciação.
- (D) retroatividade irrestrita da lei mais benéfica.
- (E) isolamento dos atos processuais.



1. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere às disposições gerais dos tributos, assinale a opção **correta**, à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

- (A) O fato gerador da obrigação tributária é irrelevante para fins de qualificação da espécie tributária.
- (B) O tributo é prestação voluntária que, necessariamente, deve exprimir um determinado valor em moeda corrente.
- (C) O CTN, no tocante às espécies tributárias, adotou a teoria pentapartite, estabelecendo serem tributos os impostos, as taxas, as contribuições sociais, os empréstimos compulsórios e as contribuições de melhoria.
- (D) O tributo é cobrado por meio de atividade plenamente vinculada.
- (E) A natureza jurídica específica do tributo é definida pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

2. (CEBRASPE - 2024)

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- (A) A instituição de um imposto extraordinário não pode conduzir a um *bis in idem* e não se sujeita aos princípios da anterioridade e da reserva das competências impositivas.
- (B) Tributos constituem obrigação *ex lege*.
- (C) A CF delegou à legislação infraconstitucional a tarefa de traçar o arquétipo genérico de cada tributo, limitando-se a fazer distinção nominal de cada espécie tributária.
- (D) O imposto é uma exação vinculada dependente de uma contraprestação estatal.
- (E) Na parafiscalidade, uma terceira pessoa arrecada tributo que não criou para sustentar encargos próprios do Estado.

3. (CEBRASPE - 2026)

Pedro viajou para o exterior e comprou diversos eletrônicos. Ao voltar, ainda no aeroporto, declarou suas compras às autoridades aduaneiras e pagou o devido imposto sobre a importação desses eletrônicos. Em termos de progressividade, o imposto sobre importação é

- (A) regressivo, pois a carga tributária em relação à renda diminui com o aumento da renda do contribuinte.
- (B) progressivo, pois é calculado com uma alíquota fixa, independente da base de cálculo.
- (C) regressivo, pois tem alíquota maior para os contribuintes cuja renda é mais elevada.
- (D) progressivo, pois é cobrado sobre o patrimônio, e não sobre a renda do contribuinte.
- (E) regressivo, pois é calculado sobre o valor adicionado ao produto em cada etapa de produção.



1. (CEBRASPE - 2022)

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, os objetivos dessa política incluem a

- (A) instituição da taxa de controle e fiscalização ambiental, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ambiental pelos órgãos ambientais.
- (B) aplicação de penalidades pelo cometimento de infração ambiental.
- (C) promoção de disciplinas de educação ambiental em todos os níveis do ensino.
- (D) imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e(ou) indenizar os danos ambientais causados, e, ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com finalidade econômica.
- (E) determinação de perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público, no caso do cometimento de infração ambiental.

2. (CEBRASPE - 2023)

Considerando as disposições em vigor acerca da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), assinale a opção correta referente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente.

- (A) A Polícia Federal é considerada órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente.
- (B) O órgão central do Sistema Nacional de Meio Ambiente, atualmente denominado Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (C) O Conselho Nacional de Meio Ambiente tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (D) O Conselho de Governo tem a finalidade de estabelecer normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (E) Os estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente.

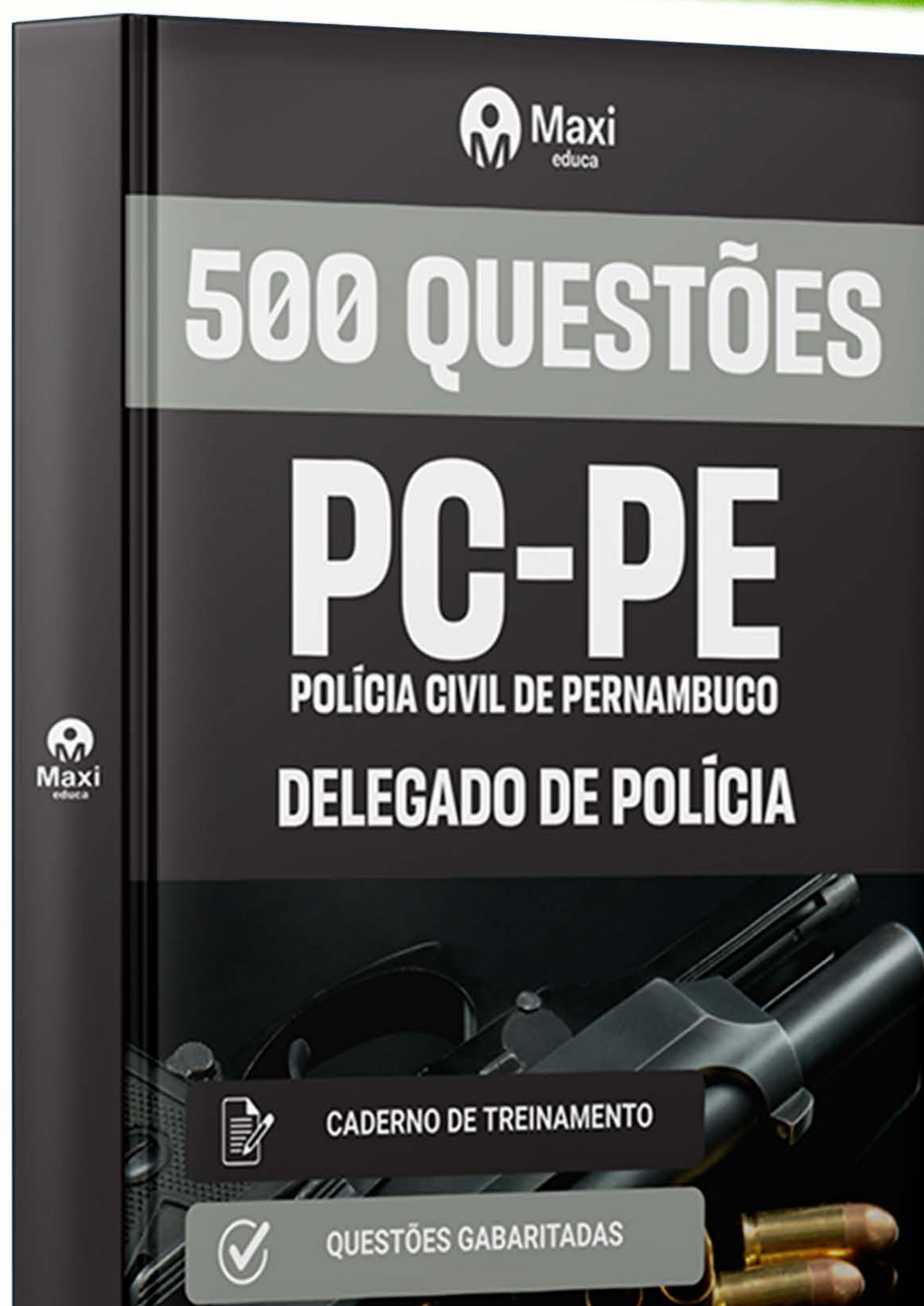
3. (CEBRASPE - 2025)

Conforme a Lei Federal n.º 6.938/1981, é(são) instrumento(s) da Política Nacional do Meio Ambiente

- I. o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
- II. o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- III. a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas o item **I** está certo.
- (B) Apenas o item **III** está certo.
- (C) Apenas os itens **I e II** estão certos.
- (D) Apenas os itens **II e III** estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!